



Número: **0846651-50.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **11ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **27/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DA PENHA AURELIANO DOMINGOS (AUTOR)		VANESSA MARTINS MACEDO (ADVOGADO) DANILO CAZE BRAGA DA COSTA SILVA (ADVOGADO) ALVARO MENDES PIRES NETO (ADVOGADO) DANDARA BATISTA DE FRANCA (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16208532	27/08/2018 16:17	Petição Inicial	Petição Inicial
16208571	27/08/2018 16:17	1 - PETIÇÃO INICIAL - COBRANÇA DPVAT - INVALIDEZ - MARIA DA PENHA x BRADESCO SEGUROS SA	Outros Documentos
16208580	27/08/2018 16:17	2 - ATOS CONSTITUTIVOS	Outros Documentos
16208588	27/08/2018 16:17	3 - IDENTIDADE	Outros Documentos
16208598	27/08/2018 16:17	4 - COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Outros Documentos
16208611	27/08/2018 16:17	5 - DOCUMENTO MOTO	Outros Documentos
16208624	27/08/2018 16:17	6 - CERTIDÃO BOMBEIROS	Outros Documentos
16208652	27/08/2018 16:17	7 - LAUDO MÉDICO	Outros Documentos
16208657	27/08/2018 16:17	8 - BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Outros Documentos
16208668	27/08/2018 16:17	9 - ADMINISTRATIVO	Outros Documentos
16714833	08/10/2018 19:06	Despacho	Despacho

em anexo: petição e documentos;





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA – ESTADO DA PARAÍBA.

MARIA DA PENHA AURELIANO DOMINGOS, brasileira, casada, do lar, inscrita sob o CPF/MF de nº 094.422.627-26, com endereço eletrônico cazeadvogados@hotmail.com, residente e domiciliado na Rua Projetada, S/N, Q1, L16, Santa Rita/PB, CEP: 58.300-000, através do advogado que ao final assina, vem perante a honrada presença de Vossa Excelência ajuizar...

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT
(INVALIDEZ PERMANENTE)**

...em desfavor da **BRADESCO SEGUROS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.055.146/0001-93, situada no **PARQUE SOLON DE LUCENA, Nº 461, CENTRO, JOÃO PESSOA/PB, CEP: 58013-131**, o faz pelos motivos fáticos e jurídicos expostos a seguir:

1. DOS REQUERIMENTOS INICIAIS

DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, declara a promovente, para os devidos fins de direito, ser pobre no sentido jurídico do termo, requerendo que lhe seja concedido o **BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA**, nos termos da Lei n.º 1.060/50 e do artigo 98 do NCPC, visto que o pagamento das custas e demais despesas processuais causará prejuízos ao seu sustento.

DA NECESSIDADE DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

A parte Promovente **OPTA PELA NÃO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA** (CPC, art. 319, inc. VII), em virtude da necessidade de realização de perícia médica.

2. DAS RAZÕES DE FATO E FUNDAMENTOS DE DIREITO

DOS FATOS – ACIDENTE DE TRANSITO COM FRATURAS

No dia 15/05/2017, por volta das 19:50h, foi vítima de acidente de trânsito, quando vinha de carona na garupa na motocicleta de marca HONDA/NXR 150 BROS ES, de cor preta, placa OFB7547-PB, a qual era conduzida por seu esposo FRANCINALDO AURELIANO DA SILVA, fato ocorrido na Rua Madagascar, Bairro das Industrias, nesta capital, após o condutor perder o controle do veículo devido a alguns buracos na pista, onde vieram a cair, sendo a parte promovente socorrida por ambulância do corpo de bombeiros para o Complexo Hospitalar de Mangabeira (Trauminha de Mangabeira), sofrendo fratura da tíbia, conforme boletim de acidente de trânsito, e Laudo Traumatológico do DML e documentação de identificação civil, tudo conforme documentos anexos.

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, N. 84, Centro, João Pessoa/PB, CEP: 58.013-230
Tel/Fax: (083) 32224367 – cazeadvogados@hotmail.com – www.cazeadvogados.com.br





Pois bem Excelência, em decorrência das lesões sofridas e dos fatores acima expostos, **restou a requerente com acentuada limitação física, além de sentir dores intensas e constantes, tem limitação nos movimentos e na força do membro afetado**, ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como movimentar a perna, caminhar, praticar algum exercício físico, trabalhar, tornaram-se verdadeiramente, tarefas tormentosas de serem desempenhadas.

A parte autora, sofreu grave fratura no membro inferior direito, passou por delicado procedimento cirúrgico, recomendando-se posteriormente a realização de fisioterapia e afastamento das atividades habituais por prazo considerável.

Após buscar a reparação do dano ocasionado pelo sinistro, restou a demandante com considerável limitação física, que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada a retomar as suas atividades normais, encontra-se debilitada, sente dores, não movimenta a perna com facilidade, sente dificuldades ao erguer, flexionar e realizar qualquer outro movimento com o membro afetado.

Desta forma, ocorrido o acidente de trânsito, sofrendo a parte autora lesões, no caso em tela, **comprovadamente com caráter de invalidez permanente**, faz jus a mesma ao recebimento de indenização do seguro DPVAT/INVALIDEZ.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, conforme já mencionado, a autora encaminhou seu pedido à **Comprev Previdência S/A**, subordinada à **SEGURADORA LÍDER**, sendo aquela controlada por esta, juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), a requerente teve seu pedido autuado com o número **3180078393**.

Certa do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta. **Tamanha fora a surpresa desta, quando informada do pagamento da indenização, NÃO POR SUA CONFIRMAÇÃO, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela seguradora.**

De acordo com documento anexado, a ré efetuou o pagamento de **valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pela autora e com a invalidez permanente que esta adquiriu**. Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, a requerente recebeu o valor de **R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais)**.

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, **não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida pela autora**. A demandante permanece com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por procedimento cirúrgico, e mesmo assim, **restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar**.

Conforme se demonstra Excelência, a seguradora, por ora autora, juntou ao seu pedido administrativo para recebimento da indenização do seguro DPVAT, certidão de ocorrência policial relatando o acidente de trânsito, ficha de atendimento ambulatorial,





documentação médica atestando as lesões, e mesmo assim, teve como resposta da seguradora, um pagamento ínfimo, não compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo, solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, pois injustificadamente, a seguradora efetuou o pagamento de um valor muito aquém do que deveria, não havendo outra forma da demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

DO DIREITO – SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta, a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torna-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS). A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT. O diretor presidente da Seguradora Líder-DPVAT, Ricardo Xavier, explica que o procedimento para o recebimento do seguro pelas vítimas de trânsito é simples e alerta para o fato de que não é necessário intermediário para dar entrada no pedido de indenização. “Ninguém melhor que o próprio cidadão para preservar seus direitos. Há seguradoras em todo o Brasil para receber as vítimas de trânsito. Basta apresentar os documentos na seguradora escolhida no prazo de três anos a contar da data da ocorrência do acidente,” afirma. O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte ou Reembolso de Despesas Médicas e





Hospitalares é de 3 anos a contar da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

*Os recursos do Seguro **DPVAT** são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.*

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto **pelo seguro DPVAT**, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando a demandante com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito da mesma ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474

“A indenização do seguro **DPVAT**, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”





Para tanto, conforme tabela abaixo se faz necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda (%)	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior						
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral						
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica						
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés						
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	50	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé						
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	50	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral						
Perda integral (retirada cirúrgica) do bazo						
	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
	10	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, **montante este a ser quantificado através de perícia médica e posterior enquadramento da invalidez na tabela de danos segmentares**, ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

DAS PROVAS – NECESSIDADE DE PERÍCIA MÉDICA

Seque relação de quesitos a serem respondidos por ocasião da perícia médica, que é meio de prova necessário no presente caso, motivo pelo qual fica desde logo requerida.

Houve Ferimento ou Ofensa física?

Qual Meio Ocasinou?

Resultou Debilidade Permanente de membro, Sentido ou Função?

Resultou do acidente perda ou inutilização de membro, sentido ou função?

Qual a debilidade ou deformidade apresentada pela parte promovente, originada pelo acidente?





Se o Senhor Perito tivesse que graduar em grau de invalidez a lesão apresentada pela parte promovente, em que qual destes graus o enquadraria: 25%, 50%, 75% ou 100%?

3. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer:

3.1 – OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA, POR SER POBRE NA FORMA DA LEI.

3.2 – A DESNECESSIDADE DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA (CPC, ART. 319, INC. VII).

3.3 – REQUER A CITAÇÃO DO PROMOVIDO PARA RESPONDER NO PRAZO LEGAL, SOB PENA DE REVELIA E CONFISSÃO.

3.4 – SE DIGNE VOSSA EXCELÊNCIA EM NOMEAR PERITO, CONFORME ART. 465 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, A FIM DE QUE SEJA RATIFICADA A CONSTATAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE REMANESCENTE NA PARTE DEMANDANTE E POSTERIORMENTE QUANTIFICANDO O REAL VALOR DEVIDO A ESTA;

3.5 – QUE SEJA TOTALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO PELA PARTE PROMOVENTE, PARA CONDENAR A PARTE PROMOVIDA A PAGAR A COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE AO SEGURO DPVAT – DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, COM ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DESDE O EVENTO DANOSO A QUAL DEVERÁ SER CORRIGIDA ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO E ACRESCIDA DE JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO.

3.6 – REQUER A CONDENAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA.

3.7 – REQUER A PRODUÇÃO DE TODOS OS TIPOS DE PROVA, ESPECIALMENTE A PERÍCIA MÉDICA.

3.8 - Requer ainda que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome de DR. DANILO CAZÉ BRAGA DA COSTA SILVA, OAB/PB 12.236, sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 272, § 5º do NCPC.





Dá-se à causa o valor pretendido a título de indenização, qual seja: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos, pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 27 de agosto de 2018.





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

MARIA DA PENHA AURELIANO DOMINGOS, brasileira, casada, inscrita sob o CPF/MF de nº 094.422.627-26, residente e domiciliado na Rua Projetada, S/N, Q1, L16, Santa Rita/PB, CEP. 58.300-000.

OUTORGADO:

DANILO CAZÉ BRAGA DA COSTA SILVA, brasileiro, casado, advogado, OAB/PB n. 12.236 e **VANESSA MARTINS MACEDO**, brasileira, casada, advogada, OAB/PB 21.490, **ÁLVARO MENDES PIRES NETO**, brasileiro, casado, advogado, OAB/PB n. 22.467, **DANDARA BATISTA DE FRANÇA**, brasileira, casada, advogada, OAB/PB n. 22.507, ambos com endereço profissional localizado na Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, n. 84, Centro, João Pessoa/PB, CEP: 58.013-230 / PABX: (083) 32224367.

PODERES:

Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante acima qualificado, firmando esta de seu próprio punho, nomeia e constitui o outorgado supra mencionado como procurador e advogado, a quem concede todos os poderes contidos na **cláusula ad judicium et extra**, para administrativa ou judicialmente, em qualquer repartição pública ou privada, juízo, instância ou tribunal, propor as competentes ações e defesas contra quem de direito, podendo, ainda, confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, levantar alvará, receber e dar quitação.

Poderá ainda o outorgado pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos no artigo 105 do NCPC, bem como praticar quaisquer outros atos necessários à consecução dos seus direitos.

Poderes específicos para litigar ativa e passivamente contra a **SEGURADORA LÍDER/BRADESCO SEGUROS S/A**, em decorrência de cobrança indenizatória de Seguro DPVAT.

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos.

João Pessoa/PB, 31 de janeiro de 2018.


MARIA DA PENHA AURELIANO DOMINGOS

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, N. 84, Centro, João Pessoa/PB, CEP: 58.013-230
Tel/Fax: (083) 32224367 – cazeadvogados@hotmail.com – www.cazeadvogados.com.br

Scanned with CamScanner





DECLARAÇÃO

MARIA DA PENHA AURELIANO DOMINGOS, brasileira, casada, inscrita sob o CPF/MF de nº 094.422.627-26, residente e domiciliado na Rua Projetada, S/N, Q1, L16, Santa Rita/PB, CEP: 58.300-000, declara para os devidos fins de direito que não possui condições de arcar com as custas do processo, requerendo os benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei n. 1.060/50, sob pena de prejuízos e insustentabilidade financeira.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 31 de janeiro de 2018.

Maria da Penha Aureliano Domingos
MARIA DA PENHA AURELIANO DOMINGOS

Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, N. 84, Centro, João Pessoa/PB, CEP: 58.013-230
Tel/Fax: (083) 32224367 – cazeadvogados@hotmail.com – www.cazeadvogados.com.br

Scanned with CamScanner



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.348.797 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 01/03/2016

NOME MARIA DA PENHA AURELIANO DOMINGOS

FILIAÇÃO SEVERINO MANOEL DOMINGOS
MARIA JOSÉ SERAFIM DA SILVA

NATURALIDADE SANTA RITA-PB DATA DE NASCIMENTO 03/03/1982

DOC ORIGEM CASAM N.19524 FLS.24 LIV.B-89
CARTORIO 13°C JOÃO PESSOA-PB

CPF 094.422.627-26

Assinado eletronicamente por: ALVARO MENDES PIRES NETO - 27/08/2018 16:16:43

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18082716142840600000015798370

Número do documento: 18082716142840600000015798370

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Maria da Penha Aureliano Domingos

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

V-02

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL P-917

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



FRANCINALDO AURELIANO DA SILVA
RUA PROJETADA, S/N/O 1 L 16 - CID VERDE
SANTA RITA / PB CEP: 55300000 (AG: 1)

Emissão: 23/01/2018 Referência: Jan / 2018
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO B230, Km 25 - Canto Redentor - São Peters / PB - CEP: 58071-690
Roteiro: 14 - 9 - 998 - 3410 NP medidor: 00008268081

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ: 08.086.183/0001-40 Ins. Est. 16.015.822-0

Nota Fiscal/Conf. de Energia EMFica 10001 119 827
Cód. para DTE Automática: 00015114506

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/ CNPJ/ RANI
Jan / 2018 23/01/2018 22/02/2018 2583866494
Ins. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1561450-6

Canal de contato

Compartilhe sua energia conosco também nas redes sociais. Estamos presentes no Facebook com br/energisa e no Twitter (@energisa), sempre que precisar da gente. Queremos estar sempre próximos!

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Lectura	Data	Lectura			
22/12/17	2730	23/01/18	2945	1	145	22
Demonstrativo						
CCT	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc. Atq.	Valor Base Calc. Paq(R\$)	Valor Base Calc. Coq(R\$)
			Tributos Total(R\$)	ICMS(R\$)	ICMS(R\$)	ICMS(R\$)
0601	Consumo em kWh	145,000	0,738050	106,72	106,72	1,10 5,09
0601	Adic. B. Vermelha			1,78 1,78	2,48 1,79	0,02 0,09
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0607	CONTRIB SERV. ILUM. PÚBLICA			2,82 0,00	0 0,00	0,00 0,00

CCT Código de Classificação do Item TOTAL 111,42 108,50 29,29 108,50 1,12 5,17

Média Últimos meses (kWh): 129
VENCIMENTO 30/01/2018
TOTAL A PAGAR R\$ 111,42

Histórico de Consumo (kWh)

114 | 129 | 127 | 139 | 127 | 134 | 155 | 130 | 133 | 131 | 118 | 122
Dez/17 Nov/17 Out/17 Set/17 Ago/17 Jul/17 Jun/17 Mai/17 Abr/17 Mar/17 Fev/17 Jan/17

RESERVADO AO FISCO
dd20.0351.d3ad.e7b4.afd7.8f20.05da.e62c.

Indicadores de Qualidade

11/2017 - Santa Rita

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,67	0,00	
DIC TRIMESTRAL	11,34		NOMINAL 220
DIC ANUAL	22,69		
FIC MENSAL	9,48	0,00	CONTRATADA
FIC TRIMESTRAL	8,97		LIMITE INFERIOR 202
FIC ANUAL	12,95		LIMITE SUPERIOR 231
DMIC	3,29	0,00	
DICRI	12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. da Energia/PE	27,91	25,05
Compra de Energia	33,00	29,62
Serviço de Transmissão	4,28	3,84
Encargos Setoriais	7,73	6,94
Impostos Diretos e Encargos	36,50	32,55
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	111,42	100,00

Valor do EUSD (Ref. 11/2017) R\$ 34,18

ATENÇÃO

Faturas em atraso

PARAIBA
Roteiro: 14 - 9 - 998 - 3410
Matrícula: 1561450-2018-01-4

VENCIMENTO 30/01/2018

TOTAL A PAGAR R\$ 111,42

83610000001-4 11420054000-2 15614502018-6 01400009019-2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETTRAN - PB Nº 013220732045
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 0047604935-0 R.N.T.R.C. 00/00000000 EXERCÍCIO 2017

NOME
FRANCINALDO AURELIANO DA SILVA

CPF/CNPJ 02583866494 PLACA 0FE1547/PB

PLACA ANT. UF NOVO PB 9C2KD0550CR330329

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLETA NAC/APLIC COMBUSTIVEL ALCO/GASOL

MARCA/MODELO HONDA/NXR150 BROS ES ANO FAB 2012 ANO MOD 2012

CAP. POT. CIL 2 P/149 /CI CATEGORIA PARTIC COR PRECUM. VITE PRETA

COTA UNICA VENC. COTA UNICA 007/0070000 1º VENC. COTAS

FAIXA I.P.V.A. PARCELAMENTO / COTAS 0 2º 3º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO 4/07/2017

OBSERVAÇÕES SEM RESERVA DE DOMÍNIO

JOAO PESSOA - PB 04/07/2017

40665

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 013220732045 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2017 DATA EMISSÃO 04/07/2017

VIA 02583866494 CPF/CNPJ 0FE1547/PB

RENAVAM 00476049350 MARCA/MODELO HONDA/NXR150 BROS ES

ANO FAB 2012 CATEG 0 9C2KD0550CR330329

PRÊMIO TARIFÁRIO

PRÊMIO (R\$) IOF (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO DO SEGURO (R\$)

COTA UNICA PARCELADO DATA DE EMISSÃO 04/07/2017

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.808/0001-04

06676-1358459-20170304

JUN 2017



VISTO EM: 12/06/17

N.º 71
Comandante do BAPH
Klenston LINCOLN de Almeida Vieira
MAJ. QOBM - Mat: 522.829-8

**BATALHÃO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
3ª SEÇÃO - OPERAÇÕES**

João Pessoa-PB, 06 de junho de 2017.

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA Nº. 205/2017

Certifico que revendo as fichas de ocorrências atendidas no dia 15/05/2017, conforme requerimento nº 193/17, solicitado pela pessoa interessada, consta que foi socorrido (a) por volta das 19h50min o/a Sr(a) **MARIA DA PENHA AURELIANO DOMINGOS** CPF: 094.422.627-26, vítima de acidente (queda de moto), ocorrido na Rua Madagascar, Bairro das Industrias - João Pessoa/PB. Que a guarnição da viatura de prefixo AR-48 tendo como chefe o/a **SOLDADO BM JOSEMILDO PEREIRA DA SILVA FILHO**, Matrícula: 523.269-4. Ao chegar ao local constatou que a vítima estava consciente e orientada, com possível fratura de membro inferior direito. Que após os procedimentos de imobilização a referida guarnição a transportou na viatura acima citada para o Complexo Hospitalar de Mangabeira Governador Tarcísio Burity.

Para constar, eu **André Vieira de Souza** SD BM-Mat. 523.518-9, auxiliar da 3ª Seção/BAPH, digitei a presente certidão, que vai assinada por mim e pelo (a) chefe da 3ª Seção/BAPH.

N.º 71
Chefe da 3ª Seção



**GOVERNO
DA PARAIBA**

Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba - Batalhão de Atendimento Pré-hospitalar.
Rua Doutor Orestes Lisboa, S/nº, Conj. Pedro Gondim, 58.031-090, João Pessoa-PB
Fone: (83) 3243-9044 / (83) 3216-5751 / (83) 3218-7979 (FAX) - E-mail: craphbbs@bombeiros.pb.gov.br





CERTIDÃO

Nº. 1603/2017

Atendendo solicitação de FRANCINALDO AURELIANO DA SILVA e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial Nº 923014 e Prontuário Nº 2017.01.001608 pertencentes a **MARIA DA PENHA AURELIANO DOMINGOS** que foi atendida dia 15/05/2017 às 20H54min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em perna direita.

Submetida a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de tíbia. Tratamento conservador. Retornou dia 22/05/2017. Submetido a procedimento cirúrgico dia 31/05/2017. Alta no mesmo dia do procedimento.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 23 de outubro de 2017

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 2959





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 02146.01.2017.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 02146.01.2017.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:17 horas do dia 29 de novembro de 2017, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araujo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **Maria da Penha Aureliano Domingos**, CPF nº 094.422.627-26, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero feminino, profissão Do Lar, filho(a) de Maria Jose Serafim da Silva e Severino Manoel Domingos, natural de Santa Rita/PB, nascido(a) em 03/03/1982 (35 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Projetada, Nº 16, complemento BAIRRO DAS INDUSTRIAS TERCEIRA ETAPA, bairro [Indeterminado], tendo como ponto de referência Deposito Irmão Jeronimo e a Escola Santa Rita, na cidade de Santa Rita/PB, telefone(s) para contato (83) 98893-2844.

Dados do(s) Fatos:

Local: Rua Madagascar, Próximo a Escola Santa Rita, João Pessoa/PB, bairro Bairro das Indústrias; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 15/05/17 19:50h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

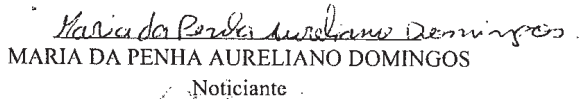
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE, segundo a notificante no dia 15/05/2017, POR VOLTA DAS 19:50 horas, vinha de carona na garupa de um veículo, conduzido pela pessoa de FRANCINALDO AURELIANO DA SILVA, portador do CPF nº 025.838664-94 e CNH nº 00886550264, veículo este: motocicleta, modelo: HONDA/NXR 150 BROS ES, de cor preta, ano e modelo 2012, placa: OFB 7547/PB QUE segundo a notificante ao chegar na rua Madagascar bairro das Indústrias o condutor perdeu o controle da veículo devido alguns buracos na pista, onde vieram a cair, sendo a notificante socorrida pela ambulância do corpo de bombeiro conforme certidão de ocorrência nº 205/2017 datado de 06/Junho de 2017, sendo socorrido para o complexo hospitalar de Mangabeira, conforme certidão nº 1603/2017, EXPEDIDA pela médica de Vigilância à Saúde CRM PB2959

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 29 de novembro de 2017.


JOSÉ SAULO ARAUJO NEGREIROS
Agente de Investigação


MARIA DA PENHA AURELIANO DOMINGOS
Notificante

 **CARTÓRIO CELEIDA**
1º SERVIÇO NOTARIAL DISTRITAL
COMARCA DA CAPITAL

RUA JUSCELINO KUBITSCHKE, S/Nº - ERNESTO GEISEL - CEP 58075-400 - JOÃO PESSOA - PARAÍBA - TELEFAX: (83) 3281-4078
Certifico que a presente copia é a reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé. CELEIDA COSMO PEREIRA SILVA - Tabelião em 31/01/2018 - 15:36:59
Eml:R\$2,37 FEPJ: R\$0,12 FAPEN:R\$0,40 ISS R\$0,11, Selo Digital: AGK85727-FISH Consulte em <http://calodini1311.com.br>
<http://calodini1311.com.br>

Procedimento Policial: 02146.01.2017.1.00.420

**SINISTRO 3180078393 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** MARIA DA PENHA AURELIANO DOMINGOS**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO MARIA DA PENHA AURELIANO DOMINGOS**CPF/CNPJ:** 09442262726**Posição em 08-03-2018 00:26:08**

Seu pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
07/03/2018	R\$ 945,00	R\$ 0,00	R\$ 945,00





Poder Judiciário da Paraíba
11ª Vara Cível da Capital

Vistos, etc.

1. Defiro a justiça gratuita;
2. Recebo a inicial vez que presente os requisitos previstos no art. 319 e seguintes do CPC;
3. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, vez que se trata de ação de cobrança de DPVAT, onde a Seguradora somente concilia após realização de perícia, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, IV do CPC/2015, Enunciado 35 da ENFAM e calçado direito fundamental constitucional à duração razoável do processo e dos meios que garantam sua celeridade de tramitação (art.5º, LXXVIII da CF);
4. Cite-se e intime-se (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;
5. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção);
6. Via digitalmente assinada deste *decisum* poderá servir como mandado.
7. João Pessoa, 08 de outubro de 2018

Citações e intimações necessárias. Cumpra-se.

